

Canal Energia – 24/06/2008

Acende Brasil vê redução no risco de decretar racionamento nos próximos dois anos

Cenário de referência mostra risco de 3% em 2009 e 5% em 2010. Entidade critica acionamento de térmicas por cinco meses e modelo de venda da energia à Argentina

Alexandre Canazio, da Agência Canal Energia, OeM

O **Instituto Acende Brasil** divulgou nesta terça-feira, 24 de junho, o resultado da 5ª edição do Programa Energia Transparente. O monitoramento do setor elétrico nacional mostrou que o risco de decretar o racionamento é o menor desde que a pesquisa foi iniciada há pouco mais de um ano. O cenário de referência, com crescimento da demanda de 5,1% e entrada dos empreendimentos no prazo, o risco de decretar o racionamento ficou em 3%, no ano que vem, e 5%, em 2010.

Os índices são 4,5 pontos percentuais menores que os verificados no ano passado. A redução se deveu a recuperação dos reservatórios. Contudo, a pesquisa ainda aponta um déficit estrutural de 1 GW médio em 2009 e de 1,1 GW médio em 2011 e de 2,1 GW médios em 2012. Em 2010, a situação é de igualdade entre oferta e demanda. O déficit estrutural para 2009 terá que ser resolvidos pelo sistema, mas o dos próximos anos pode ser atendido pelos leilões A-3.

Segundo o instituto, esses déficit, que pode chegar a 1,8 GW médio em 2009 no pior cenário, deixa o sistema vulnerável à ocorrência de "secas moderadamente severas", mesmo com os reservatórios cheios. No estudo, elaborado pela PSR Consultoria, há uma simulação segundo a qual caso as vazões de junho a dezembro de 2007 se repitam, o sistema esvaziaria rapidamente e chegaria a 42% ao final de dezembro de 2008, menos do que em dezembro de 2007.

A seca, ocorrida nos primeiros meses do ano, levou ao acionamento de todas as térmicas do país para evitar o esvaziamento dos reservatórios. O **Acende Brasil** classificou como pouco transparente a decisão de ligar as usinas fora da ordem do mérito. A atitude de manter a operação das térmicas até maio não foi coerente, diz o instituto, com o planejamento operativo do Operador Nacional do Sistema Elétrico, que normalmente as desliga a partir da terceira semana de fevereiro.

O estudo lembra que uma térmica só deve ser acionada se o Custo Marginal de Operação for maior que o Custo Operativo. O **Acende Brasil** salienta que o CMO só foi maior que o custo durante quatro semanas. O custo de R\$ 1 bilhão para operar as térmicas, principalmente a óleo e diesel, está sendo repassado as tarifas dos consumidores cativos. Para o instituto a decisão não foi transparente já que o Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico não divulgou os estudos que a basearam.

O estudo diz que causa preocupação a "falta de transparência" das decisões operativas do CMSE. Há "risco de decisões discricionárias, com gradual transformação do CMSE em um 'ONS do B'". Outro ponto de preocupação é o modelo adotado para a exportação de energia para a Argentina, que pode gerar desequilíbrios comerciais e riscos ao suprimento elétrico nacional. O Brasil vai enviar energia ao país vizinho entre maio e agosto e a receberá de volta entre setembro e novembro.

O **Instituto Acende Brasil** é contra a exportação pelo Preço de Liquidação de Diferenças, na casa dos R\$ 70 por MWh, e defende a venda pelo custo de oportunidade, que se encontra em R\$ 252 por MWh. Esse custo mede a quanto os argentinos gastariam para gerar energia adicional quando originária de térmicas a diesel.

Recomendação - Como recomendação, o instituto pede transparência nas decisões que levaram ao acionamento das térmicas fora da ordem de mérito e explicitar como futuras decisões foram tomadas. Duas medidas, já pedidas nas edições anteriores, foram lembradas pela entidade como a publicação das atas do CMSE e a regulamentação de como seria um eventual racionamento.

A periodicidade do estudo muda de trimestral para quadrimestral para coincidir com às condições hidrológicas e dos reservatórios. O próximo estudo será divulgado em outubro.